



Processo n.º01/13_UVP-FPC

DECISÃO FINAL EM PROCESSO DISCIPLINAR
(DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE DISCIPLINA DA UVP-FPC)

A. Identificação e Instrução

A União Velocipédica Portuguesa / Federação Portuguesa de Ciclismo instaurou processo disciplinar, em 03.01.2013, contra a ciclista _____, portadora da licença n.º _____, tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pelo resultado positivo do controlo antidopagem realizado em 20.10.2012, com o código x e que veio a revelar a presença da Substância Salbutamol (substância proibida e específica, pertencente à classe S3 da Portaria n.º 37/2012, de 9 de Fevereiro, que aprova a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos; entretanto revogada pela Portaria n.º 22/2013, de 23 de Janeiro, que mantém a qualificação da substância proibida).

A instrução do processo foi conduzida pelo Exmo. Senhor Dr. Tito Crespo, que foi nomeado pelo Presidente deste Conselho aquando da abertura do processo disciplinar. Findo o inquérito, o processo disciplinar foi entregue pelo Instrutor ao Presidente.

Estão presentes todos os membros deste Conselho, tendo-se verificado que a Arguida está sujeita ao poder disciplinar da UVP-FPC, e que nesta data não decorreram mais de 120 dias desde a comunicação da violação da norma antidopagem (03.01.2013), pelo que se encontram reunidos todos os pressupostos para validamente deliberar e decidir o processo disciplinar.

B. Decisão

No termo da instrução foi elaborado relatório final, que se subscreve na totalidade - quer quanto à matéria de facto, quer quanto à matéria de direito – e para o qual se remete, passando o mesmo a fazer parte integrante da presente decisão.

No relatório final do Exmo. Senhor Instrutor do processo, este propõe a aplicação, em concreto, à Arguida, das seguintes sanções: *“Considerando tudo quanto acima se expôs, propomos ao Conselho de Disciplina da UVP-FPC a aplicação à Arguida de uma pena de suspensão da atividade desportiva pelo período de dois anos (artigo 61.º n.ºs 1 e 2 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto), acrescida da invalidação do resultado obtido na prova “_____” (artigo 74.º*



da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto), da anulação de todos os resultados desportivos obtidos nas provas em que tenha participado após o dia 20 de Outubro de 2012 (artigo 76.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto) e, ainda, de uma sanção pecuniária, que atentas as circunstâncias do caso concreto se fixa em €1.600 (artigo 15.º do Regulamento Antidopagem da UVP/FPC), por se julgar suficiente, tanto em termos preventivos como para efeitos punitivos.”

Depois de analisado todo o processo, este Conselho discutiu a proposta do Exmo. Senhor Instrutor e, até pela inexistência de margem legal para qualquer discricionariedade ou subjetividade no que às penas de suspensão, invalidação e anulação diz respeito, unanimemente concordou com a mesma. **Decide-se, assim, no caso concreto, aplicar à ciclista**

as seguintes sanções cumulativas:

- **Pena de suspensão pelo período de dois anos** (nos termos do artigo 61º nº 1 da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto);
- **Invalidação do resultado obtido na prova “xxx”** (artigo 74.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto);
- **Anulação de todos os resultados desportivos obtidos nas provas em que tenha participado após o dia 20 de Outubro de 2012** (artigo 76.º da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto);
- **Sanção pecuniária no valor de €1.600,00** (artigo 15.º do Regulamento Antidopagem da UVP/FPC), a pagar em 10 prestações mensais e sucessivas, cada uma no valor de €160,00 (cento e sessenta euros), vencendo-se a primeira no mês seguinte ao trânsito em julgado desta decisão.

Nestes termos, estando a ciclista suspensa preventivamente desde o dia 03.01.2013, a mesma não poderá participar, em que qualidade for, em nenhuma competição ou evento desportivo, até ao dia 02.01.2015 (conforme decorre da conjugação do disposto nos artigos 69.º e 70.º, ambos da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto).

Notifique-se a decisão à Ciclista, ao Exmo. Mandatário e à ADoP, juntando-se em anexo cópia do Relatório Final de Inquérito.

Lisboa, 30 de Abril de 2013

P'los Membros do Conselho de Disciplina,

RELATÓRIO FINAL

I. TRÂMITES PROCESSUAIS

A UNIÃO VELOCIPÉDICA PORTUGUESA / FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CICLISMO

(adiante UVP/FPC), por delegação da Autoridade Antidopagem de Portugal (adiante ADoP), instaurou o presente processo disciplinar contra a ciclista

com a **licença nacional n.ºxxx** tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pelo controlo positivo em competição (xx), realizado no dia 20.10.2012, com o código xx e que acusou a presença da substância *Salbutamol* (Beta-2 Agonista pertencente à classe S3. da Portaria n.º 37/2012, de 9 de Fevereiro, que aprova a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos) numa concentração de 2488ng/mL, portanto, superior ao limite legal admissível, que é de 1000ng/mL.

No âmbito do processo disciplinar (adiante PD) foi realizado o presente inquérito, que teve a seguinte tramitação:

- Foi recolhida prova documental relativa aos procedimentos e comunicações prévios à abertura do processo disciplinar (v. fls. 2 a 9 do PD);
- Em 04.01.2013 foi enviado o despacho de abertura do processo disciplinar e a nota de culpa à Arguida (v. fls. 12 a 16 do PD). Em 09.01.2013 a Arguida recebeu os citados documentos (v. fls. 17 do PD);
- Na data designada para a sua inquirição (dia 22.01.2013) a Arguida não compareceu, nem apresentou qualquer justificação;
- Em 25.01.2013 a Arguida, através do seu mandatário (Exmo. xxx - céd. prof. respondeu à nota de culpa, juntou prova documental (documento intitulado 'Atestado de Doença', assinado pelo x) e requereu a inquirição de testemunhas (v. fls. 18 a 23 do PD);
- A 13.03.2013 o documento designado 'Atestado de Doença', apresentado pela Arguida, foi submetido à apreciação da ADoP (v. fls. 24 a 29 do PD). Em 15.03.2013 a ADoP, na pessoa do Professor Dr. Luís Horta, pronunciou-se relativamente ao conteúdo do documento apresentado pela Arguida;
- Em 15.03.2013 foi produzido despacho interlocutório, no qual se dava conta da falta de comparência da Arguida, da não junção de Procuração conferindo poderes ao mandatário, da resposta apresentada pela ADoP e da alteração da qualificação da substância, visto que, por lapso, na nota de culpa, não se referia tratar-se de uma substância específica (v. fls. 30 a 31 do PD).
- O despacho referido no ponto anterior foi enviado à Arguida em 15.03.2013, juntamente com a resposta apresentada pela ADoP, sendo concedido à Arguida prazo de 10 dias

para que se pronunciasse. Foi também designada nova data para proceder à inquirição da Arguida e das testemunhas por ela arroladas (v. fls. 32 a 37 do PD). A Arguida recebeu a notificação em 18.03.2013, mas findo o prazo concedido nada disse;

- No dia 01.04.2013, data designada para a inquirição da Arguida e das testemunhas por esta apresentadas, ninguém compareceu (v. fls. 39 do PD);
- Em 01.04.2013 foi elaborado novo despacho interlocutório, concedendo à Arguida prazo de 5 dias para que juntasse a Procuração aos autos e designando nova data para a inquirição da Arguida e das testemunhas apresentadas (v. fls. 39 do PD). O despacho foi enviado à Arguida e ao Mandatário em 03.04.2013 (v. fls. 40 a 45 do PD);
- No dia 08.04.2013 a Arguida, através do seu mandatário, apresentou requerimento de junção de Procuração e aquilo que designou por "(...) *depoimento por escrito da testemunha por si arrolada (xxx), dando sem efeito a inquirição designada para o dia 09.04.2013 (...)*" e prescindindo da inquirição da outra testemunha arrolada, bem como da da própria Arguida (v. fls. 46 a 50 do PD);
- Em 09.04.2013 o denominado *depoimento escrito da testemunha xxx* foi submetido à apreciação da ADoP, com vista a determinar se o mesmo permitia explicar o resultado positivo da análise. A ADoP, através do Professor Dr. Luís Horta, respondeu em 10.04.2013, tendo-se ainda seguido uma troca de e-mails relativa à eventual necessidade de submeter a Arguida a exames complementares (v. fls. 51 a 75 do PD)
- Antes de encerrar o inquérito, o Instrutor, oficiosamente, verificou e juntou aos autos a nota informativa do medicamento Ventilan®, emitida pelo INFARMED (v. fls. 76 a 82 do PD).

Dito isto, verifica-se que a Arguida, apesar de ter sido notificada por três ocasiões para prestar depoimento, optou, legitimamente, por se remeter ao silêncio. Assim, a sua versão dos factos será a que ficou plasmada na resposta escrita à nota de culpa.

Relativamente à prova testemunhal, como se viu, foi requerida pela Arguida a inquirição de duas testemunhas. Contudo, a mesma Arguida, acabou mais tarde por prescindir da inquirição da testemunha Tiago Neves (v. fls. 47 do PD) e, quanto à testemunha xxxx (médico), não foi verdadeiramente inquirido, tendo-se limitado a assinar dois documentos que ficam a constar dos autos (v. fls. 22 e 48 do PD). De facto, aquilo que a Arguida qualificou como "(...) *depoimento por escrito da testemunha por si arrolada (xxx)*" (v. fls. 47 do PD) não o é verdadeiramente. Consabidamente, o depoimento de uma testemunha resulta do jogo pergunta-resposta entre inquiridor e inquirido. Aqui, não houve oportunidade do Instrutor apresentar quaisquer perguntas, pelo que, nunca se poderá qualificar o documento apresentado como depoimento por escrito de testemunha. Dito isto, o documento intitulado 'Atestado de Doença', de fls. 48 do PD, assinado pelo Dr.xxx, valerá tão só como prova documental (mas não como prova testemunhal, como pretendia a Arguida).

Por o cerne da questão em causa neste processo disciplinar ser de carácter eminentemente técnico-científico (perceber se os factos alegados pela Arguida justificavam, ou não, a quantidade de Salbutamol detetada na amostra), o Instrutor socorreu-se amiúde do apoio da

ADoP – organização nacional com funções no controlo e luta contra a dopagem no desporto – para obter os esclarecimentos necessários ao apuramento da verdade.

Inexistem, assim, quaisquer formalidades ou outros procedimentos a que cumpra obedecer e os elementos constantes do PD são, a nosso ver, suficientes para tomar uma decisão. Pelo que, concluída a instrução, cabe elaborar este Relatório Final de inquérito, que acompanhará o processo e se destina a facilitar a tomada de decisão pelo Conselho de Disciplina da UVP-FPC.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Neste ponto enunciaremos os factos imputados ao Arguido com hipotética relevância disciplinar, analisando a defesa e a prova realizada durante o processo de inquérito, para determinar quais se consideram provados e não provados. Depois disso, proceder-se-á à subsunção dos factos provados às normas legais e regulamentares aplicáveis, para depois concluir se o Arguido deve, ou não, ser condenado.

i) DA PROVA REALIZADA:

No presente inquérito, a Arguida vem acusada da prática de um ato de dopagem (infração prevista no artigo 3.º n.º2 alínea a) da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto).

A acusação fundou-se no relatório de ensaio elaborado pelo Laboratório de Análises de Dopagem (v. fls. 9 do PD), do qual consta que foi detetada na amostra recolhida à Arguida a presença da substância *Salbutamol* numa concentração superior ao limite máximo admissível (foi detetada uma concentração de 2488ng/mL, sendo o limite legal admissível de 1000ng/mL – v. classe S3. da Portaria n.º 37/2012, de 9 de Fevereiro, que aprova a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos).

A Arguida prescindiu da realização da contra-análise (v. fls. 6 do PD) e na resposta escrita à nota de culpa, a fls. 19 do PD, afirmou perentoriamente que *“A aqui arguente, não põe em causa o resultado obtido no controlo anti-doping que foi levado a cabo (...)”*, conformando-se e aceitando, portanto, o resultado da análise.

Em sua defesa, no mesmo documento, a Arguida alegou que sofre de asma e que *“(...) no dia 19 de Outubro de 2012 (...) foi observada por quadro clínico de asma agudizada – vide relatório médico que ora se junta para todos os efeitos legais como documento n.º1, e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. E, conforme escorre daquele relatório médico, da referida ‘observação clínica resultou a prescrição médica de ‘Ventilan’ nebulizador (salbutamol) a 100 microgramas/dose numa frequência de 1.ª nebulização de 20 em 20 minutos até melhoria clínica e depois em SOS”*. E, do exposto, conclui a Arguida que *“(...) o resultado anormal verificado e*

uma consequência de uma utilização terapêutica administrada por via inalatória, e prescrita pelo médico subscritor daquele documento.” (v. fls. 19 e 20 do PD).

O documento junto à nota de culpa, intitulado ‘Atestado de Doença’, é um relatório médico, feito em folha timbrada do Centro de Saúde xxx e assinado pelo Dr. xxx, médico de medicina geral e familiar. No referido documento consta que o signatário observou a Arguida no dia 19.10.2012, tendo-lhe diagnosticado asma agudizada, para o que prescreveu Ventilan® nebulizador (Salbutamol), nas doses e com a frequência já descrita no parágrafo anterior, e mais referindo que a Arguida tem manifestado “(...) episódios recorrentes de asma nos últimos meses desencadeada pelo esforço físico (...)”, sem que contudo esta situação seja impeditiva de exercer atividade física (v. fls. 22 do PD).

Oficiosamente, o Instrutor confirmou, através da bula publicada no site do INFARMED, que o medicamento Ventilan®, efetivamente, tem como substância ativa o Salbutamol (v. fls. 76 a 82 do PD).

Não dispondo o Instrutor de conhecimentos técnicos que lhe permitissem aferir da viabilidade da justificação apresentada pela Arguida, submeteu-a ao escrutínio da ADoP e solicitou a este organismo que esclarecesse se, em abstrato, aquela administração era, ou não, compatível com o resultado adverso da amostra.

O parecer técnico emitido pelo Professor Dr. Luís Horta (Presidente da ADoP) foi perentório ao afirmar que *“A justificação fornecida pela praticante desportiva e o atestado de doença elaborado pelo seu médico assistente não justificam a concentração urinária de salbutamol reportada na amostra em apreço. Para além disso, é estranho que a praticante desportiva não tenha declarado, no momento do controlo, a utilização de salbutamol, ainda por cima se padece de uma doença crónica como a asma.”* (v. fls. 24 a 29 do PD).

De molde a salvaguardar todos os direitos de defesa da Arguida, nomeadamente o direito ao contraditório, foi a mesma notificada das conclusões da ADoP, sendo-lhe igualmente concedido prazo para que as rebatesse (v. fls. 32 a 38 do PD). No prazo concedido, a Arguida nada disse. Mais tarde, depois de novamente notificada para exercer os seus direitos de defesa, e a despeito de um pretenso depoimento escrito do médico, a Arguida juntou um novo ‘Atestado de Doença’, no qual o Dr. David Carvalho reafirma que no dia 19.10.2012 observou a atleta por quadro clínico de asma agudizada e acrescenta que *“Nesse mesmo dia e depois em SOS, foi recomendado fazer a terapêutica em esquema de crise (3 puffs de 4 em 4 horas até alívio dos sintomas). Cada dose nebulização de Salbutamol contém 100 microgramas de substância activa. Três puffs perfaz uma dose de 300 microgramas. Este valor multiplicado por seis vezes ao dia (4/4 horas), resulta numa dose de 1800 microgramas. Com este esquema terapêutico, é natural que houvesse uma sobredosagem sanguínea desta substância com consequente aparecimento na urina.”* (v. fls. 48 do PD).

Dito isto, salta desde logo à vista que a Arguida apenas se ateve na tentativa de fazer prova de que lhe *"foi recomendado fazer a terapêutica em esquema de crise"*, i.e., que lhe foi receitada a toma do medicamento Ventilan®, olvidando que a prova que lhe competia fazer seria, também, a de que efetivamente administrou/tomou o dito medicamento. Ou seja, competiria à Arguida ter alegado, e depois provado, que tomou o medicamento Ventilan®, por indicação médica, tendo feito a sua administração durante x dias, com nebulizações de y microgramas, intercaladas por z minutos/horas. Só depois de feita esta prova (ou, pelo menos, a alegação) seria possível, em concreto, aferir se a toma descrita pela Arguida era, ou não compatível com o resultado da análise. Isto porque, como é bom de ver, para o desfecho do processo era mais ou menos irrelevante determinar a prescrição que o médico recomendou à Arguida, pois o que verdadeiramente interessava era saber a administração que a Arguida efetivamente teria feito do medicamento.

Não obstante a prova junta pela Arguida ser, como se viu, curta para cumprir o ónus probatório que sobre ela impendia, ainda assim, o Instrutor submeteu a nova justificação médica apresentada à apreciação da ADoP. O parecer técnico emitido pelo Professor Dr. Luís Horta foi novamente perentório ao afirmar que *"A justificação fornecida pela praticante desportiva e o atestado de doença elaborado pelo seu médico assistente não justificam a concentração urinária de salbutamol reportada na amostra em apreço."*, acrescentando ainda que *"Segundo consta da presente declaração médica o médico declara que prescreveu uma dosagem que poderia ir numa dose máxima a 1800 microgramas o que ultrapassa ligeiramente a dose máxima recomendada, mas que não é explicativa da concentração de salbutamol, encontrada na urina."* (v. fls. 54 do PD). E, instado novamente para o efeito, reforçou que *"Com base nas evidências científicas atuais disponíveis a concentração de salbutamol verificada na amostra em causa não pode ser explicada por uma administração por via inalatória e respeitando as doses terapêuticas."* (v. fls. 71 do PD).

Para além do *supra* referido, a Arguida não apresentou nem requereu quaisquer outras provas. Nomeadamente, não apresentou nem requereu a elaboração do estudo farmacocinético controlado, destinado a demonstrar que o resultado anormal foi a consequência de uma utilização terapêutica administrada por via inalatória dentro dos limites de referência e, assim, elidir a presunção que contra ela recaía (nos termos do disposto na classe S3. da Portaria n.º 37/2012, de 9 de Fevereiro, que aprova a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos). Embora fosse julgada importante pelo Instrutor (conforme demonstra a troca de e-mails a fls. 58 e ss. do PD), a realização de tal diligência não foi determinada oficiosamente porquanto a mesma acarreta custos, que recaem sobre o Arguido (pelo menos inicialmente), e, como tal, a perícia não lhe pode ser imposta. Ademais, nos termos da lei, é ao Arguido que incumbe elidir o ónus e, estando esta acompanhada de Advogado desde o início do processo disciplinar, era de crer que estava ciente das exigências de prova que sobre ela (Arguida) impendiam e dos mecanismos que tinha à sua disposição para demonstrar a inocência que alegava.

Pelo que, aqui chegados, não restam dúvidas de os elementos recolhidos não permitem demonstrar que o resultado positivo da análise foi provocado pela toma do medicamento

Ventilan®. Tampouco fica demonstrado que a toma do medicamento, da forma como foi prescrito pelo Dr. xxx poderia originar aquele resultado da amostra (concentração de 2488ng/mL de *Salbutamol* na urina). E, por maioria de razão, também não fica demonstrado que a toma alegadamente efetuada pela Arguida teria objetivos meramente terapêuticos.

A este propósito, há ainda um ponto que não podemos deixar de sublinhar, que desde logo foi notado pelo Professor Dr. Luís Horta e que pudemos constatar ser verdadeiro: a Arguida, no Formulário do Controlo Antidopagem, que preencheu e assinou aquando da recolha da amostra, não declarou a toma do medicamento Ventilan® (v. fls. 8 do PD).

Ora, dos elementos recolhidos resulta que a Arguida alega, e o Dr. xxx atesta, que esta, no dia 19.10.2012 apresentava um quadro clínico de asma agudizada. Em função disso, foi-lhe prescrita a toma do medicamento Ventilan®. E no dia 20.10.2013 (ou seja, no dia seguinte), a Arguida, confrontada com a necessidade de preencher o Formulário do Controlo Antidopagem, no quadro onde lhe é solicitado que *"Liste todos os medicamentos ou suplementos, com ou sem prescrição, incluindo vitaminas e minerais, tomados nos últimos 7 dias (...) "*, limitou-se a escrever *"suplementação + anti-inflamatório"*.

Este facto vem pôr definitivamente em crise toda a versão dos factos alegada pela Arguida, porquanto é de crer que se a mesma teve um episódio de asma aguda no dia 19.10.2012, caso tivesse, efetivamente, procedido à toma do medicamento Ventilan®, tê-lo-ia declarado no dia seguinte, no Formulário do Controlo Antidopagem (tanto mais que, se tomado em doses terapêuticas normais, é permitido e lícito), e não apenas em sede deste inquérito, depois de mais de 4 meses volvidos.

Tudo isto sem contar com a estranheza que provoca ao Instrutor, leigo na matéria, o facto de a Arguida alegadamente ter padecido de asma aguda no dia 19.10.2012 e no dia 20.10.2012 ter recuperado ao ponto de estar em condições de participar numa prova de BTT.

Dito isto, em jeito de resumo, diríamos que a Arguida não só não utilizou os instrumentos que tinha ao seu dispor para demonstrar a sua versão dos acontecimentos (nomeadamente, requerendo a realização do estudo farmacocinético controlado), como concentrou toda a sua defesa em dois documentos produzidos pelo Dr. xxx, o qual nunca possibilitou ser inquirido (o que teria sido bastante proveitoso para o processo, até para poder sujeitar a questionário algumas das alegações que faz nos documentos por si produzidos) e do qual apenas sabemos que é médico de medicina geral e familiar no Centro de Saúde xxxx. Atendendo a que do outro lado, rebatendo os argumentos deste médico, temos a ADoP, na pessoa do seu Presidente, o Professor Dr. Luís Horta, médico especialista em medicina desportiva, sobejam poucas dúvidas quanto à versão que merece o convencimento do Instrutor no que diz respeito às questões de natureza técnico-científicas deste processo.

Ademais, se dúvidas restassem, a parca consistência dos conhecimentos de medicina desportiva do Dr. xxx ficam bem patentes no facto deste assumir, de forma clara e inequívoca, que recomendou/prescreveu à Arguida a toma de *Salbutamol* em quantidade superior à permitida pela Portaria n.º 37/2012, de 9 de Fevereiro (veja-se documento de fls. 48 do PD, no qual segundo as contas do médico a Arguida terá administrado, no total, uma dose diária de 1800 microgramas, quando na Lista de Substâncias e Métodos Proibidos se refere que o *Salbutamol* não é proibido se for administrado até um máximo de 1600 microgramas num período de 24 horas). Assim, a administração da dose de *Salbutamol* prescrita pelo Dr. David Carvalho careceria sempre de prévia obtenção de autorização de utilização terapêutica (AUT) pela ADoP, o que consabidamente não foi feito.

ii) DOS FACTOS PROVADOS:

Perante os elementos recolhidos, temos como provados os seguintes factos relevantes para a decisão do processo:

1. No dia 20 de Outubro de 2012, durante a realização da prova 'xxxx', a Arguida foi sujeita a um controlo antidopagem realizado pela ADoP (Autoridade Antidopagem de Portugal), com o nome de Código xx tendo-lhe sido recolhida a amostra n.º xxx

Este facto foi provado pelo documento constante de fls. 8 do PD, que é o Formulário do Controlo Antidopagem da ADoP.

2. A análise realizada à amostra n.º A448059 revelou a presença da substância *Salbutamol* no organismo da Arguida, numa concentração de 2488ng/mL.

Este facto foi provado pelo documento constante de fls. 9 do PD, que é o Relatório de Ensaio do Laboratório de Análises de Dopagem da ADoP.

3. Notificada do resultado adverso, a Arguida prescindiu da realização da contra-análise.

Este facto foi provado pelo documento constante de fls. 9 do PD, que é um e-mail da Arguida enviado para a UVP-FPC.

4. A Arguida conformou-se e aceitou o resultado da análise da amostra xxxx.

Este facto foi confessado pela Arguida, no artigo 7.º da resposta à nota de culpa.

5. A Arguida, aquando da realização do controlo antidopagem, não declarou a toma do medicamento Ventilan®, nem da substância *Salbutamol*.

Este facto fica provado pelo documento constante de fls. 8 do PD, que é o Formulário do Controlo Antidopagem da ADoP.

6. O medicamento Ventilan® tem na sua composição a substância *Salbutamol*.

Este facto fica provado pelo documento constante de fls. 76 a 82 do PD, que é o folheto informativo do medicamento, emitido pelo INFARMED.

7. A utilização da substância *Salbutamol* pela Arguida não decorreu de uso terapêutico.

Este facto fica provado por presunção legal. Nos termos do disposto na classe S3. da Portaria n.º 37/2012, de 9 de Fevereiro, que aprova a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos, "*A presença de salbutamol na urina numa concentração superior a 1000 ng/mL (...) faz presumir que não se trata de um uso terapêutico da substância e será considerada como um resultado analítico positivo a não ser que o praticante desportivo prove, através de um estudo farmacocinético controlado, que o resultado anormal foi a consequência de uma utilização terapêutica administrada por via inalatória e dentro dos limites máximos acima indicados.*". Nenhum estudo farmacocinético controlado foi junto ou requerido pela Arguida, pelo que, a presunção legal não foi elidida. A este respeito, a Arguida limitou-se a juntar os já referidos 'Atestado de Doença', assinados pelo Dr. xxxx, que para além de nada provarem, são perentoriamente rebatidos pelos pareceres do Professor Dr. Luís Horta e, ademais, num deles confessa-se que à Arguida foi prescrita/receitada a toma de *Salbutamol* em quantidade superior à legalmente admissível e, por isso, até prejudica decisivamente a defesa da Arguida (novamente, veja-se o documento de fls. 48 do PD, no qual segundo as contas do médico a Arguida terá administrado, no total, uma dose diária de 1800 microgramas, sendo que na Lista de Substâncias e Métodos Proibidos se refere que o *Salbutamol* não é proibido se for administrado até um máximo de 1600 microgramas num período de 24 horas).

Pelo contrário, não ficam provados os seguintes factos relevantes para a decisão do processo:

1. No dia 19.10.2012 a Arguida fez terapêutica para a asma recorrendo, para o efeito, à administração do medicamento Ventilan®.

Competindo o ónus da prova à Arguida, esta não apresentou qualquer elemento probatório que o demonstrasse. Limitou-se a tentar demonstrar que o dito medicamento lhe foi prescrito pelo médico (Dr. xxx) naquela data, mas não apresentou qualquer elemento que leve a que fique sequer indiciado que a Arguida terá, efetivamente, tomado/administrado o referido medicamento.

Ademais, tendo ao seu dispor a possibilidade de requerer a realização de um estudo farmacocinético controlado, não o requereu.

2. A toma do medicamento Ventilan® de acordo com a prescrição feita pelo Dr. xxx [três nebulizações de 100 microgramas cada, seis vezes ao dia (de 4 em 4 horas)], poderia, em abstrato, justificar uma concentração de *Salbutamol* de 2488ng/mL no organismo de um atleta.

Este facto é alegado pela Arguida, juntando para o efeito documento intitulado 'Atestado de Doença' (v. fls. 48 do PD), mas é cabalmente rebatido pelo parecer técnico do Professor Dr. Luis Horta, segundo o qual, "*A justificação fornecida pela praticante desportiva e o atestado de doença elaborado pelo seu médico assistente não justificam a concentração urinária de salbutamol reportada na amostra em apreço.*" (v. fls. 54 do PD). Como já antes se disse, a credibilidade técnico-científica que nos merece cada um dos médicos em causa não pode deixar de ser desigual, pelas razões já antes apontadas, motivo pelo qual o Instrutor não tem dúvidas em atribuir mais credibilidade ao Presidente da ADoP.

3. A substância *Salbutamol* entrou no organismo da Arguida por via inalatória.

Competindo o ónus da prova à Arguida (por força do disposto no artigo 62.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto), esta não apresentou qualquer elemento probatório que permitisse dá-lo como provado. De facto, não tendo a tese da Arguida vingado, e não ficando demonstrada a utilização do medicamento Ventilan®, por maioria de razão ficamos sem saber, à míngua de outra prova, como é que a substância proibida entrou no organismo da Arguida.

4. O uso da substância *Salbutamol* pela Arguida não visou a melhoria do rendimento desportivo e/ou não teve um efeito mascarante.

Competindo o ónus da prova à Arguida, esta não apresentou qualquer elemento probatório que permitisse dá-lo como provado. De facto, a Arguida descurou que, tratando-se o *Salbutamol* de uma substância proibida, mas específica, lhe caberia, por força do disposto no artigo 62.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, fazer prova de que

o seu uso não visou a melhoria do rendimento desportivo e/ou não teve um efeito mascarante. Só assim poderia a Arguida augurar a ver a sua pena substancialmente desagravada. Não obstante, a Arguida nem sequer levantou esta questão e, conseqüentemente, também não ousou prová-la.

- Conclusões

Os elementos recolhidos são suficientes para, nos termos conjugados do disposto nos artigos 9.º e 6.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto e na classe S3. da Portaria n.º 37/2012, de 9 de Fevereiro, podermos afirmar, com segurança, que foi detetada a presença de uma substância proibida no organismo da Arguida e, como tal, que esta praticou o ato de dopagem de que vem acusada (previsto no artigo 3.º n.º2 alínea a) da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto).

iii) Do DIREITO:

Importa agora considerar as normas jurídicas às quais se poderão subsumir os factos acima descritos.

Nos termos do disposto no artigo 3.º n.º2 alínea a) da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, a presença de uma substância proibida numa amostra recolhida a um praticante desportivo constitui violação das normas antidopagem. Acresce que, nos termos do artigo 5.º n.º1 da citada Lei o praticante desportivo tem o dever de assegurar que não introduz ou é introduzida no seu organismo qualquer substância proibida, sendo em consequência responsabilizado por qualquer substância proibida que seja encontrada na amostra que lhe pertença (artigo 6.º n.º1 da mesma Lei).

Nos termos do disposto no artigo 3.º n.º2 alínea a) da Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho, a presença numa amostra recolhida a um praticante desportivo de uma substância proibida constitui violação das normas antidopagem.

O *Salbutamol* é um Beta-2 Agonista. Nos termos do disposto na classe S3. da Lista de Substâncias e Métodos Proibidos, aprovada pela Portaria n.º 37/2012, de 09 de Fevereiro, *“Todos os Beta-2 agonistas (...) são proibidos, à excepção do salbutamol (máximo de 1600 microgramas num período de 24 horas) (...)”*. Acrescenta, ainda, que *“A presença de salbutamol na urina numa concentração superior a 1000ng/mL (...) faz presumir que não se trata de um uso terapêutico da substância e será considerada como um resultado analítico positivo a não ser que o praticante desportivo prove, através de um estudo farmacocinético controlado, que o resultado anormal foi a consequência de uma utilização terapêutica administrada por via inalatória dentro dos limites máximos acima indicados.”*

Como vimos, ficou provado que a amostra recolhida à Arguida apresentou uma concentração de *Salbutamol* de 2488ng/mL, o que, atenta a ausência de qualquer estudo farmacocinético, consubstancia um resultado positivo.

Nos termos da já citada Portaria n.º 37/2012, de 09 de Fevereiro, os Beta-2 Agonistas são substâncias proibidas, mas específicas.

Dito isto, conforme consta no despacho de fls. 30 e 31 do PD (notificado à Arguida, cfr. fls. 32 a 39), "(...) *tratando-se o Salbutamol de uma substância específica (pertencente à categoria S3 da Lista de Substâncias e Métodos Proibidos, aprovada pela Portaria n.º 37/2012, de 09 de Fevereiro), o seu uso é punível com pena de advertência ou com pena de suspensão até dois anos, desde que o atleta prove como a substância entrou no seu organismo e que o seu uso não visou o aumento do rendimento desportivo ou não teve efeito mascarante (nos termos do disposto no artigo 62.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto). Só no caso de a Arguida não cumprir este ónus probatório lhe será, então, aplicável a sanção prevista no artigo 61.º n.º1 da citada Lei.*"

Os factos dados como provados e não provados permitem-nos concluir, com toda a clareza, que a Arguida não cumpriu (e nem sequer tentou) o ónus probatório que sobre ela impendia, e que lhe permitiria ter a sua pena de suspensão substancialmente desagravada. De facto, aqui chegados, não foi possível determinar como é que a Arguida administrou o *Salbutamol*, nem tampouco fica demonstrado que não o tenha feito para aumentar o rendimento desportivo ou para mascarar a presença de outras substâncias proibidas no organismo.

Nestes termos, de acordo com o que havia já sido referenciado no citado despacho, a sanção de suspensão aplicável à Arguida, no caso concreto, será então a decorrente do artigo 61.º n.º1 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, i.e., pena de suspensão por um período de 2 anos.

A sanção de suspensão a aplicar à Arguida será ainda acompanhada da:

- a. Invalidação do resultado individual obtido na prova "xxx" (artigo 74.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto);
- b. Anulação dos resultados desportivos obtidos em competições realizadas após a recolha da amostra (artigo 76.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto), e;
- c. Multa de €1.500 a €3.000, nos termos do disposto no artigo 15.º do Regulamento Antidopagem da UVP/FPC.

III. MOTIVAÇÃO E DETERMINAÇÃO DA MEDIDA DA PENA

Em nossa opinião, os factos recolhidos não nos permitem afiançar a existência de dolo – que apesar de tudo fica indiciado pela atitude da Arguida aquando do controlo antidopagem, no qual

ocultou a toma da substância proibida – pelo que, a conduta da Arguida ser-lhe-á imputada, pelo menos, a título de negligência consciente (nos termos do disposto no artigo 15.º alínea a) do Código Penal). Com efeito, os ciclistas, mesmo sendo amadores, se participam em provas oficiais, submetendo-se, conseqüentemente, ao controlo antidopagem, não podem deixar de verificar se as substâncias e quantidades que administram no seu organismo são, ou não, compatíveis com as regras constantes da Lista de Substâncias e Métodos Proibidos. Só desta forma, agindo com os deveres de cuidado a que estão obrigados, cumprem o dever a que estão adstritos nos termos do disposto no artigo 5.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto).

A negligência é punível, nos termos do disposto no artigo 56.º n.º3 e, em concreto, do artigo 61.º n.º2, ambos da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto.

Para além da culpa do agente, a determinação da medida da sanção deve ainda ter em conta as exigências de prevenção, bem como as circunstâncias atenuantes ou agravantes que depuserem a favor, ou contra, o praticante desportivo (v. artigo 14.º n.º2 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto e artigos 71.º e 72.º do Código Penal). Feita esta avaliação, o decisor estará habilitado a aplicar, fundamentadamente, a pena ajustada ao caso concreto.

Sucedem, porém, que toda esta avaliação e apreciação apenas tem cabimento como forma de fixar a pena, com a maior objetividade possível, entre o limite mínimo e o limite máximo previstos na norma sancionatória.

Ora, no caso concreto, no que à Lei Antidopagem diz respeito (Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto) essa margem de apreciação não existe, porquanto a mesma, à revelia de alguns princípios fundamentais, fixa a moldura aplicável em dois anos de suspensão (portanto, sem qualquer margem de discricionariedade, para que o decisor, entre o limite máximo e o mínimo, ajuste a pena às circunstâncias do caso concreto), acrescida das sanções acessórias de invalidação do resultado individual obtido na prova e da anulação dos resultados obtidos nas competições em que o atleta participou após a recolha da amostra.

Ora, com esta formulação, salvo em raras exceções, o decisor é relegado à categoria de mero nuncio, que fixa ao Arguido, no final do processo, a pena de suspensão que no início do mesmo já lhe está anunciada.

Mostram-se, portanto, no que à Lei Antidopagem diz respeito, despididos quaisquer cometários ou avanços para justificar a fixação da pena concreta, dado que, como se viu, a mesma resultará igual, independentemente do que se diga e prove a este respeito.

Sobeja, unicamente, a pena de multa, prevista no Regulamento Antidopagem da UVP/FPC, que, podendo ser fixada entre os €1.500 e os €3.000, importará definir em concreto e, como tal, precedentemente, definir os critérios que sustentaram tal fixação.

O *Salbutamol* é um broncodilatador que atua diretamente nos pulmões, relaxando os músculos dos brônquios e provocando a broncodilatação. Tomado para fins terapêuticos permite, entre outros, aliviar o espasmo brônquico associado às crises de asma. Fora desta utilização terapêutica, se utilizado no desporto, o *Salbutamol* permite aumentar artificialmente a capacidade respiratória e, consequentemente, obter uma vantagem competitiva relativamente aos demais participantes. Daí esta substância ser aceite como substância específica, mas desde que tomada dentro de determinados limites e para fins meramente terapêuticos.

No caso concreto, não ficou demonstrado que a Arguida tenha efetuado uma utilização terapêutica do *Salbutamol* e, nessa medida, teremos de concluir que com a toma obteve uma vantagem competitiva perante os restantes atletas, acabando assim por falsear a verdade desportiva, facto que não pode deixar de ser veementemente repudiado nesta sede.

Dito isto, estamos em crer que a negligência imputável conduta do Arguido foi, apesar de tudo, grave.

Será ainda de ponderar na medida da pena de multa a circunstância de a Arguida ser primária e não se tratar de uma ciclista profissional.

Quanto à situação sócio-económica da Arguida, não foi possível apurá-la, porquanto a mesma nunca veio aos autos prestar declarações. Pelo que, infelizmente, este aspeto não poderá ser aqui tido em consideração na fixação da multa.

IV. PROPOSTA DE DECISÃO

Considerando tudo quanto acima se expôs, propomos ao Conselho de Disciplina da UVP-FPC a aplicação à Arguida de uma pena de suspensão da atividade desportiva pelo período de dois anos (artigo 61.º n.ºs 1 e 2 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto), acrescida da invalidação do resultado obtido na prova "xx" (artigo 74.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto), da anulação de todos os resultados desportivos obtidos nas provas em que tenha participado após o dia 20 de Outubro de 2012 (artigo 76.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto) e, ainda, de uma sanção pecuniária, que atentas as circunstâncias do caso concreto se fixa em €1.600 (artigo 15.º do Regulamento Antidopagem da UVP/FPC), por se julgar suficiente, tanto em termos preventivos como para efeitos punitivos.

Lisboa, 26 de Abril de 2013

O Instrutor,



(Tito Crespo)